



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO
PARANÁ, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE
2026.**

MESA EXECUTIVA:

**JORGE TORQUATO JUNIOR
PAULO CEZAR MIYAZAKI
NEUZA COSTA SOUZA**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, instalada na Rua Senador Souza Naves nº 371, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO CEZAR MIYAZAKI, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE e ROSANO CUSTÓDIO, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declarou em aberto os trabalhos e iniciou a sessão prestando um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do Dr. Hermes Janesch, ocorrido em 23 de fevereiro de 2026. Em seguida, convidou o Reverendo Adalto para realizar o devocional do dia. O Reverendo Adalto proferiu uma leitura de Romanos, capítulo 12, versículo 1, abordando o tema do sacrifício e a dedicação dos vereadores ao serviço público, finalizando com uma oração pela cidade e seus representantes. Após o devocional, o Presidente determinou à secretária da Casa que procedesse à leitura da ata da sessão anterior. Foram lidas as atas da segunda sessão ordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2026, e da primeira sessão extraordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2026, ambas da Câmara Municipal de Assaí, Estado do Paraná, com a composição da Mesa Executiva. Não havendo manifestações, as atas foram consideradas aprovadas. Em seguida, a secretária procedeu à leitura das matérias constantes do expediente. Foi lido o Pedido de Informações nº 1 de 2026, de autoria dos Vereadores Alessandro Cezar Torquato, Carlos Junior da Silva e Rosano Custódio. O requerimento solicitava ao Prefeito Municipal informações sobre o valor atualmente disponível nas contas bancárias do município de Assaí, correspondente aos recursos orçamentários livres, que podem ser utilizados para qualquer finalidade. A justificativa baseava-se na função fiscalizadora do Legislativo e no dever do Prefeito de prestar informações à Câmara. Posteriormente, foi lida a Indicação nº 2 de 2026, de autoria do Vereador Rosano Custódio. A indicação solicitava ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que determinasse à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos a execução de serviços de limpeza, roçagem e retirada de entulhos em terrenos de propriedade do município, localizados na Rua Uruguai, nas proximidades do Ginásio de Esportes Yoshihiro Nonomura. Foi lido o Ofício nº 24 de 2026, datado de 28 de janeiro de 2026, da APP Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Núcleo Sindical de Londrina. O ofício solicitava a abertura de diálogo para tratar da atualização do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério para o exercício de 2026 no município de Assaí, nos termos da Medida Provisória nº 1.334, de 21 de janeiro de 2026. O valor fixado para o piso em 2026 seria de R\$ 5.130,63, correspondente a um reajuste de 5,4%, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026. O Presidente informou sobre a situação do transporte universitário, mencionando reclamações recebidas pelos vereadores Carlos Junior e Paulo Cezar Miyazaki. Relatou ter



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

conversado com o responsável, Igor, e que agendaria uma reunião com ele para que explicasse os procedimentos e critérios do transporte aos demais vereadores. Mencionou o aumento de beneficiários e a necessidade de aditamento semestral. Em seguida, o Presidente leu a determinação de arquivamento da Comissão Processante 01/2025. O arquivamento foi fundamentado no esgotamento do prazo decadencial de 90 dias, conforme o artigo 5º, § 7º do Decreto-Lei 201 de 1967, sem que houvesse o julgamento em plenário. O Presidente esclareceu que a decisão foi tomada após consulta ao jurídico da casa, que considerou temerário levar a votação baseada em uma ação liminar que afastava um vereador, e que o Ministério Público também se manifestou sobre a falta de cientificação do órgão legislativo. Parabenizou a comissão processante (Vereadores Paulo Hara, Rosano Custódio e Carlos Junior da Silva) pelo trabalho realizado dentro do prazo legal. O Presidente também informou sobre o convite para a abertura do campeonato da Copa Neto Monteiro, em 27 de fevereiro de 2026, às 19h, no estádio José Vicente da Cruz, e sobre uma audiência pública da saúde, a ser realizada na sexta-feira, às 15h, convidando os vereadores a comparecerem para esclarecer dúvidas sobre a contabilidade e finanças do município. Passando à Ordem do Dia, o Presidente colocou em discussão o Pedido de Informações nº 01/2026. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, explicando que o requerimento visava saber o valor de recurso livre disponível no município, após ter ouvido o Prefeito em uma reunião em Jataizinho afirmar que o município não possuía dinheiro para auxiliar em um desvio de pedágio. Argumentou que a informação é crucial para que os vereadores e a população compreendam a capacidade financeira do município para atender às demandas. O Vereador Carlos Junior da Silva, em seu pronunciamento, reiterou a importância do requerimento, lembrando que um pedido similar no ano anterior foi respondido com a sugestão de consultar o portal da transparência, o que considerou inadequado. Enfatizou que a fiscalização do dinheiro público é função dos vereadores e que o portal da transparência não oferece clareza sobre a destinação dos recursos. Manifestou a intenção de levar o caso ao Ministério Público caso a resposta não seja satisfatória. O Vereador Rosano Custódio expressou preocupação com a possibilidade de o município não possuir recursos em caixa, o que poderia comprometer o pagamento de funcionários. Destacou a importância de ter essa informação para a segurança financeira do município. O Presidente, Jorge Torquato Junior, comentou que o valor em caixa é variável e que existem despesas a serem pagas e empenhos realizados. Sugeriu que a audiência pública com o pessoal da saúde e contabilidade, na sexta-feira, seria uma boa oportunidade para aprofundar as discussões sobre as finanças do município, incluindo gastos por setor. Mencionou que a Câmara utiliza apenas cerca de 3,9% a 4% do orçamento, abaixo dos 7% permitidos, para não prejudicar a população e permitir que os recursos sejam utilizados em outras áreas. Não havendo mais vereadores inscritos para a discussão, o Pedido de Informações nº 01/2026 foi submetido à votação nominal. A Vereadora Neuza Costa Souza procedeu à chamada nominal. O Pedido de Informações nº 01/2026 foi aprovado por unanimidade de votos, em primeira e única votação. Passando às Explicações Pessoais, o Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade foi o primeiro a fazer uso da palavra. Ele abordou as inúmeras reclamações que recebe, especialmente dos produtores rurais, sobre as condições das estradas vicinais (Pereiros, Paineira, Serra Leão, Maracatu, Água Azul), clamando por melhorias, principalmente na época de safra. Também expressou preocupação com a saúde, defendendo um hospital bem reformado e profissionais capacitados e com amor à profissão. Mencionou a necessidade de limpeza em ruas do Bela Vista e no campo do Pau D'alho. Afirmou ser da base do prefeito, mas que vota de acordo com sua consciência, não sendo favorável a todos os projetos. O Vereador Alessandro Cezar Torquato solicitou um minuto do tempo do Vereador Raidar para agradecê-lo publicamente por sua postura na comissão processante, onde, segundo o Vereador Alessandro, Raidar agiu com hombridade ao se posicionar contra a



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

cassação, contrariando expectativas de que votaria a favor devido à sua ligação com o prefeito. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, agradecendo pela indicação realizada e apresentando novas reclamações. Mencionou a situação da Vila Industrial, onde moradores aguardam a construção de meio-fio para fazerem suas calçadas, e a Vila Esperança, onde a filha de um morador reclama de bueiros entupidos e mau cheiro. Solicitou atenção para a ponte do "Sininho" e a limpeza de ruas. Em relação à comissão processante, ressaltou que entregou o relatório no tempo certo e que o Presidente tomou as providências corretas. Expressou sua vergonha pelas cobranças da população sobre buracos, sujeira, asfalto e emprego, e criticou a situação do transporte universitário em Assaí em comparação com outras cidades menores. Questionou a indução de alunos a cursos específicos para obterem benefícios. O Vereador Alessandro Cezar Torquato, em seu tempo de explicação pessoal, complementou a fala do Vereador Rosano sobre a comissão processante. Agradeceu ao Vereador Rosano Custódio e ao Vereador Carlos Junior do Cartório pela honestidade e coragem em seus relatórios, que, segundo ele, expuseram a verdade e não favoreceram a cassação. Expressou sua decepção com o Vereador Paulo Hara, presidente da comissão, por ter votado pela cassação mesmo após a apresentação das provas. Mencionou que a decisão de arquivamento por decadência de prazo foi correta e que espera que o assunto seja encerrado. Reiterou as reclamações sobre as estradas do Pau D'alho, a Rua Chile, a ponte do Tigrinho e a falta de um endocrinologista no município, além das dificuldades com o transporte cidadão e a situação do paver na avenida. Criticou o gasto de 4 milhões de reais em anfiteatro e shows de aniversário da cidade, questionando o benefício para a população em detrimento de outras necessidades urgentes. O Vereador Carlos Junior da Silva, em sua fala, reforçou a necessidade de os vereadores cobrarem os secretários municipais mensalmente para que expliquem a situação de suas pastas. Mencionou o caso de um munícipe em tratamento de câncer que não encontrou remédios essenciais na Secretaria de Saúde. Criticou o projeto do transporte universitário, que, segundo ele, foi mal elaborado e está gerando problemas. Apontou a paralisação de 30 dias do transporte cidadão e a falta de um ônibus substituto como "sacanagem com a população". Lamentou a ausência do Prefeito Municipal na inauguração da cooperativa Coamo em Assaí e na manifestação do pedágio em Jataizinho, ressaltando a importância da presença do executivo em eventos que beneficiam a cidade e a população. Concluiu parabenizando o Vereador Alessandro pela continuidade de seu mandato e enfatizando a força do Legislativo. O Vereador Jorge Torquato Junior, Presidente, fez uso da palavra, expressando orgulho por ter contribuído para a vinda de uma empresa para Assaí, gerando empregos, e agradeceu ao Prefeito por abrir as portas para essa iniciativa. Sobre o transporte universitário, informou que as inscrições para o curso de análise e desenvolvimento de sistemas pela Unopar estão abertas e sem custo. Em relação à comissão processante, reiterou que não participou das reuniões para não contaminar o processo e que as oportunidades de defesa foram dadas. Mencionou que a enfermeira agiu profissionalmente ao impedir a entrada do vereador no hospital sem autorização, e que, embora a cassação fosse uma medida extrema, era favorável a uma comissão de ética ou advertência. Anunciou que em breve as sessões da Câmara serão suspensas no prédio atual e realizadas no CEEP, devido a obras. Agradeceu ao Dr. Luiz Guilherme pela condução da comissão processante. O Vereador Paulo Cezar Miyazaki, em sua explicação pessoal, abordou a questão do transporte universitário e, em seguida, a comissão processante. Ele comparou a situação com uma desavença anterior que teve com o Vereador Carlos Junior, onde a rede social criticou os vereadores sem entender o motivo da discussão, que era em prol do povo. Defendeu que a comissão processante foi aberta por obrigação legal, devido às denúncias contra o Vereador Alessandro. Reconheceu o trabalho da comissão, especialmente o relatório do Vereador Rosano, que trouxe as verdades. Justificou a postura do Vereador Paulo Hara, presidente da comissão, como seguindo o regimento interno



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

da casa, que prevê a quebra de decoro. Encerrou agradecendo à comissão e defendendo a integridade do trabalho dos vereadores. Ninguém mais desejando usar a palavra, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os munícipes, vereadores e funcionários da casa, e em nome de Deus declarou encerrados os trabalhos da presente sessão.